

YVES LACOSTE

Tradução:

MARIA CECÍLIA FRANÇA

Prof. Doutora do Departamento de Geografia da USP

A Geografia —
Isso Serve,
em
Primeiro Lugar,
Para Fazer a Guerra



18715



Para aí se ver mais claro e para melhor explicar, para colocar em evidência estratégias ocultas, é preciso recorrer à carta, examinar e mostrar não somente uma carta, mas cartas que, estabelecidas em escalas diferentes, permitam atingir a superposição dos problemas e das relações de forças, em função de territórios de extensão maior, ou menor. Nesse domínio, o saber-pensar o espaço dos geógrafos aparece com toda a sua eficácia. De pronto, começa-se a compreender que a geografia não é a disciplina simplista e maçante da qual se conserva, após o colégio e o liceu, uma lembrança mais ou menos vaga. Começa-se a perceber no que a geografia é um saber fundamental.

Não se trata, evidentemente, de reduzir a geografia ao raciocínio geopolítico, mas este foi durante tanto tempo excluído das preocupações dos geógrafos, e tão poucos se preocupam ainda hoje com ele, que é preciso destacar sua importância e seu interesse. *Hérodote* não se especializa no estudo das questões políticas. Sua ambição é bem mais ampla, pois se trata de restabelecer a geografia, ao mesmo tempo "física" e "humana", no estatuto que durante séculos foi o seu, o de um saber político.

É respondendo à questão *Para que serve, para que pode servir a geografia?*, que se pode mostrar qual é e qual pode ser o papel dos geógrafos no seio da nação.

ENSINAR A GEOGRAFIA *

"Não há geografia sem drama"

É uma grande honra para um geógrafo ter de falar da geografia neste grande colóquio consagrado à história e, ainda mais, por ocasião da sessão inaugural. Mas é também uma tarefa bastante temerária, pois – para mim – não se trata tanto de fazer o panegírico da geografia como de analisar, para melhor defendê-la, quais são as causas profundas daquilo que se pode chamar seu descrédito.

Não que eu seja um geógrafo envergonhado, bem ao contrário. E é essa uma das razões pelas quais estou particularmente consciente da distância entre a idéia que se faz habitualmente da geografia e aquilo que ela deveria ser.

Não é significativo que este colóquio seja essencialmente consagrado à história, quando essas duas disciplinas estão tradicionalmente associadas à escola, ao colégio e ao liceu? Mas eu compreendo as ra-

* Texto da intervenção no Colóquio nacional sobre a história e o seu ensino, ministério da Educação Nacional, 19 - 20 - 21, janeiro-1984, Montpellier.

ções desta escolha. De fato, num país como a França, dá-se bem maior importância à história que à geografia, a “imagem de marca” desta última não sendo particularmente boa, e isso contrasta com os progressos atuais que faz a geografia no domínio da pesquisa.

Mas, primeiro, por que essas duas disciplinas são assim associadas no sistema escolar francês? É uma de suas originalidades (alguns dirão: é um dos seus defeitos) e não é a mesma coisa em outros países, a Inglaterra e a Bélgica, por exemplo, para não citar senão os casos mais próximos.

Poder-se-ia acreditar que é somente por razões de comodidade administrativa que foi decidido, no século XIX que, no secundário, um só e mesmo professor ensinaria essas duas “matérias”, como se dizia antigamente. Na verdade, essa associação da história e da geografia foi decidida por razões que eu acredito bem mais profundas e sobretudo para articular as duas categorias kantianas fundamentais, o espaço e o tempo. Com efeito, a geografia está no espaço, deveria estar no espaço, da mesma forma como a história está no tempo.

Mas na realidade, na escola, nos colégios, no liceu, como na universidade, onde é formada uma parte dos professores destas duas disciplinas, esta articulação da história e da geografia não existe mais e, se elas são ensinadas no primário e no secundário pelos mesmos mestres, é de modo totalmente desigual e separado. Os professores de história e geografia têm principalmente uma formação histórica e ele possuem, sobretudo, como conjunto de opinião, uma sensibilidade histórica. Eles se sentem nitidamente mais gratificados pelo ensino da história e inúmeros deles reconhecem que têm menos satisfação, muito mais dificuldades para ensinar geografia. Eu diria francamente que, na maioria das vezes, esta não interessa mais aos alunos do que aos seus pais, da forma como é conhecida atualmente.

Se desde há alguns anos nos preocupamos – aqui compreendendo “altos meios”, com as carências do ensino da história e este colóquio é uma das principais provas dessa preocupação –, quem se inquieta com o marasmo bem maior ainda, e mais antigo, da geografia? Muito pouca gente e, é preciso dizer, não muitos geógrafos.

É porque René Girault, organizador deste colóquio, tomou conhe-

cimento do embaraço de numerosos professores com respeito à geografia, que ele achou que deveria levar em consideração os problemas desta disciplina nos objetivos da missão da qual o encarregou o ministro. Inicialmente este colóquio só concernia à história.

Ensinar a geografia no primário e no secundário, não é coisa cômoda. Temos todos, ou quase todos, a lembrança das lições de geografia particularmente tediosas, tal por exemplo, “a desigualdade dos dias e das noites” ou “longitude-latitude, meridianos e paralelos” (aliás, não é exatamente geografia, mas sobretudo astronomia), que são os deveres aborrecidos pelos quais se inaugura, ritualmente, o programa de geografia geral. Além disto, os historiadores não conservam uma boa lembrança das provas de geografia que eles tiveram de se submeter para a licença ou a “*agrégation*”, e os cortes geológicos estão na origem de sólidos rancores.

Ensinar a geografia, dizia eu, não é coisa cômoda e no entanto essa disciplina não parece árdua: ela descreve paisagens, enumera nomes de lugares, e algumas cifras; na aparência, ela seria antes simplista e a tal ponto que, desde há decênios, pensa-se que se pode encarregar dela professores que não tiveram formação nesse domínio.

Poderia eu dizer que as dificuldades da geografia no ensino secundário se devem ao fato de que ela é sobretudo ensinada por homens e mulheres que têm principalmente o gosto pela história? Não, ou ao menos eu diria que isso não é o essencial. “*Agrégés*” de geografia não reconhecem que têm, freqüentemente, menos dificuldade em ensinar a história que a disciplina para a qual eles são, contudo, formados? Isso não quer dizer que os historiadores não tenham dificuldades pedagógicas a transpor no ensino da história, mas essas me parecem bem menores que para o ensino da geografia.

De fato, o discurso histórico é levado por uma espécie de tensão dramática (salvo, talvez, quando ele trata da evolução de certos fenômenos econômicos e sociais sobre tempos longos ou muito longos). Em contraposição, a descrição geográfica de um país, de uma região, é geralmente desprovida de toda tensão dramática e consiste, o mais das vezes, numa enumeração de rubricas distintas: relevo, clima, vegetação, povoamento, agricultura, indústria, etc.

"Fazer história", ao menos na escola, no colégio e no liceu é, primeiro, isso deveria ser em primeiro lugar (não somente, mas em primeiro lugar), contar uma história, explicar uma sucessão de fatos mais ou menos dramáticos, cujas conseqüências foram importantes para este ou aquele povo e, primeiro, para o nosso. Sem dúvida dedicaríamos hoje, menos interesse às ações dos "grandes homens", mas a carga dramática da narração histórica permanece forte quando ela evoca seus heróis, que são os povos, sobretudo quando eles lutam para a independência ou para mais liberdade. É claro que se pode falar de tudo isso de forma maçante e monótona mas, freqüentemente, o professor é "levado" pela história que ele conta, pois ela é apaixonante e basta que ele tenha talento e que saiba conduzir o "suspense" para manter a respiração presa em seus jovens auditores e isso é, para ele, bastante gratificante.

Em contrapartida, quando se trata de geografia, a tarefa do mesmo mestre é bem mais ingrata, pois seus propósitos são, então, desprovidos de tensão dramática: a propósito de tal país ou de tal parte do programa, é preciso que ele enumere diferentes categorias de conhecimento "que se deve saber" (mas para fazer o quê?) e os raciocínios que ele esboça, para ligá-los uns aos outros, permanecem bastante formais. O discurso geográfico evoca, na maioria das vezes, permanências ou fenômenos que evoluem sobre tempos relativamente longos ou muito longos; só raramente se trata de mecanismos ou acontecimentos. Nas descrições ou explicações geográficas não há qualquer "suspense" para manter o interesse dos alunos e é preciso muito talento e competência para que um tal discurso não acarrete aborrecimento.

Para ir ao encontro das enumerações de rubricas e das nomenclaturas, o estudo do "meio local", aquele onde se encontra a escola, foi preconizado como "procedimento de estímulo", notadamente no ensino primário. Mas ali também se afirma que ensinar a geografia não é coisa fácil, e talvez mais ainda por esses métodos ativos. O estudo do meio local, para ser frutífero, exige a reunião de condições que são, a bem dizer, bastante excepcionais: tempo, entusiasmo, mestres solidamente formados que sejam capazes de operar múltiplas comparações e de serem pesquisadores perspicazes e bons observadores do terreno. Sem isso, e é bem freqüente o caso, não se trata senão de

propósitos descozidos, enumerando alguns aspectos de um quadro bem familiar aos alunos para que eles tenham interesse nisso.

Os cursos e os manuais de geografia não são mais hoje o que foram outrora para um grande número de futuros cidadãos, isto é, o inventário da diversidade do mundo e a descrição do seu próprio país. De fato, a mídia difunde quotidianamente uma massa de informações e de imagens e isso de modo espetacular e a propósito de acontecimentos ou de circunstâncias mais ou menos dramáticas. Em comparação, o professor de geografia foi reduzido a enumerar banalidades bastante estáticas.

É quando devem tratar da França e, talvez mais ainda, da região em que vivem seus alunos, que os professores encontram mais dificuldades, em razão do pequeno interesse dos jovens com relação a essa parte dos programas. Isso deveria ser considerado com um dos sintomas, dos mais graves, do mal-estar do ensino da geografia. De fato, não é primeiro para falar da pátria aos futuros cidadãos, para lhes fazer conhecer seu país, que um ensino de geografia, assim como também o de história, foi considerado necessário e obrigatório no fim do século XIX, notadamente após o traumatismo da derrota de 1870? Esse cuidado foi tal que, durante mais de quarenta anos, o livro de leitura corrente de todos os pequenos franceses foi o famoso *Volta da França por duas crianças*, que é, na verdade, um livro de história e sobretudo um livro de geografia política. De fato hoje, num país como a França, se fala menos da pátria que antigamente e isto é, sem dúvida, um erro, mas há diversas razões para tal.

Em contrapartida, fala-se muito mais do que no passado das "regiões", e sobretudo da "região", onde se vive e se fala de forma nova. Quando certas pessoas reivindicam o direito de "viver e trabalhar na região", é o "recanto"* que eles evocam, o subconjunto regional. Ora, basta folhear manuais de geografia, os das classes de terceira e de primeira** e comparar os manuais de trinta anos atrás e os de hoje, para constatar a enorme redução, nos últimos dez anos, do lugar dedicado ao estudo da geografia regional da França.

* N.T.: Do francês, "*petit pays*".

** N.T.: No ensino secundário francês, a classe de "*première*" é a mais avançada e a de "*sixième*", a inicial. Nas duas referidas no texto é que se dá ênfase ao estudo da geografia regional da França.

Essa região é vista, sobretudo daqui para a frente, de maneira “temática”, em função dos diferentes setores econômicos e sociais, o que não quer dizer que isto interesse tanto aos alunos, mas os professores preferem se referir ao discurso economicista dominante do que descrever os Alpes ou o Maciço central.

Inquietam-se, indignam-se porque os jovens franceses não ouvirão mais falar na escola, no colégio e no liceu, de Joana D’Arc, de Henrique IV, de Robespierre ou da guerra de 14. Por outro lado, não parece que nos preocupamos que eles não ouçam praticamente mais falar, no ensino primário e secundário, da Lorena e da Alsácia, da Bretanha ou da Córsega, como se alguns catálogos de agência de turismo ou slogans autonomistas suprissem a falta. É significativo que o “relatório Girault” não tenha suscitado na imprensa senão comentários a respeito da história, uma vez que diz respeito, da mesma forma, ao ensino da geografia.

Enquanto os mal-estares da história contrastam com os seus sucessos na mídia e têm um prestígio científico indiscutível, a geografia é, para a maioria das pessoas, e notadamente para os intelectuais, sinônimo de disciplina chata, inútil, e na comunidade científica ela é objeto de polida indiferença ou de uma indagação de sua razão de existir. Enquanto nos Estados Unidos uma revista de geografia, a *National Geographic Magazine*, que existe há cerca de um século, conta hoje 10 milhões de assinantes (é, por esse motivo, a terceira revista americana), na França as revistas de geografia, e não as menores, têm tiragem de alguns mil exemplares, que só são lidos pelos geógrafos universitários, nem mesmo pelos professores do secundário. Ao contrário, na França uma revista como *L’Histoire* tem uma tiragem de 50.000 exemplares.

Se nos indignamos através da imprensa pelas “falências” da história escolar e se se vitupera até quanto a suas orientações, é porque o alcance político e a função cívica dessa disciplina são evidentes. Em contrapartida se somos, na França, de tal forma indiferentes ao marasmo da geografia, é porque a utilidade, o alcance político (político e não politiquero) e sobretudo o interesse estratégico desse saber são, desde há decênios, sistematicamente esquecidos e, em primeiro lugar, pelos próprios geógrafos universitários e professores para cuja forma-

ção estes últimos contribuíram.

Para fazer compreender quais são os problemas fundamentais que coloca o ensino da geografia e a importância das lutas, parece-me indispensável lembrar isso: a geografia já existia bem antes que aparecesse, no século XIX, sua forma escolar e universitária. Desde há séculos, desde que existem os mapas, ela é um saber indispensável aos príncipes, aos chefes de guerra, aos grandes comissários do Estado, mas também aos navegadores e aos homens de negócios, ao menos para aqueles cujo espírito de empreendimento se exerce além do quadro espacial que lhes é familiar. Essa geografia que eu chamo *fundamental* está hoje mais ativa e mais precisa do que nunca (nem que seja por causa das observações fornecidas pelos satélites), mas ela é discreta, às vezes secreta, e destinada, como o é, aos estados-maiores militares ou financeiros, ela permanece ignorada do grande público, como acontece também com os professores de geografia. Mas estes deveriam explicar, localizar os grandes mecanismos e as principais relações de força.

Ora, desde o fim do século XIX a aceitação da palavra geografia se reduziu consideravelmente, sem aliás nenhuma justificativa teórica, e hoje habitualmente não se designa mais esse saber eminentemente estratégico que é a geografia fundamental, mas um discurso bem diverso, desprovido de conflitos, a geografia dos professores, e é dela que cada um conserva uma lembrança mais ou menos vaga; ela é destinada, não mais aos príncipes, aos chefes de guerra ou aos mestres das grandes empresas, mas aos alunos. De fato, desde o fim do século XIX e por razões que foram primeiro patrióticas, considerou-se que era preciso ensinar rudimentos de geografia e de história aos futuros cidadãos. A função dessa geografia escolar não é, evidentemente, mais estratégica, mas ideológica e até o período entre as duas guerras o seu significado político ficou evidente: ela falava primeiro da pátria e a carta da França, que outrora reinava em permanência nas salas de aula era, para os alunos, a representação, a mais evidente, de seu país.

Mas, no início do século XX, tornando-se saber universitário, principalmente destinado à formação de futuros professores de história e de geografia do ensino secundário, a geografia sofreu uma mutilação capital: a exclusão do político do campo daquilo que se pode chamar

de geograficidade (isto é, daquilo que é considerado como “geográfico”). De fato, os primeiros geógrafos que foram admitidos para ensinar na Sorbonne e que se tornaram os mestres pensantes dessa nova disciplina universitária, foram levados a crer que, para construir uma “ciência”, uma verdadeira ciência, eles deviam expurgar seus discursos de toda alusão aos fenômenos tocando, de perto ou de longe, o político. Abandonando, por exemplo, a análise das formas de organização territorial dos Estados e a dos problemas de fronteiras, os geógrafos universitários renunciavam assim àquilo que havia sido até então uma das razões de ser fundamentais da geografia. Seria muito longo evocar aqui as razões complexas que conduziram os geógrafos franceses a fazer como se os fenômenos políticos nada tivessem a ver com a geografia e a “esquecer”, sistematicamente, obras dos maiores deles, não somente a de Elisée Reclus, o geógrafo libertário, mas também o alcance do livro de geopolítica sobre *A França de Leste*, de Vidal de La Blache, mesmo que este último seja celebrado como o “pai da escola geográfica francesa”.

Sem dúvida, tanto para os historiadores, como para os geógrafos, era preciso romper com as arengas “fardadas”, ou propagandistas, mas logo que os primeiros se desligaram, pouco a pouco, das preocupações políticas, os geógrafos, sem argumentar de forma alguma, chegaram a se impor essa idéia, no entanto absurda, de que os problemas dos Estados não eram “geográficos” e que tal tipo de questões não é de sua competência. Que seria da história, hoje, se os historiadores universitários, no início deste século, tivessem sido levados a decidir, em nome da ciência e da objetividade, que os fenômenos políticos deviam ser excluídos da história científica? É, no entanto, o que fizeram, de sua parte, os geógrafos universitários e eles inculcaram essa concepção atrofiada da geografia nos professores que formaram e eles próprios difundiram tal idéia, no conjunto da opinião. Não é de se admirar que esta opinião não se preocupe mais com esse saber, do qual foi retirado o essencial de sua razão de ser, e cujo alcance político e a função cívica foram, sistematicamente camuflados pelos mesmos que têm a função de a fazer conhecer.

Compreende-se melhor assim que, diferente do discurso histórico, o discurso geográfico seja tão desprovido de tensão dramática: é o que o torna tão maçante e tão difícil de ser ensinado. Eliminando, sem

mesmo o perceber, os problemas políticos, quer dizer, as rivalidades entre os grupos sociais e os conflitos entre os Estados, os geógrafos se privam de poder mostrar, demonstrar, a importância dos fenômenos que eles descrevem e enumeram. Eles não podem fazer com que compreendam que se trata de mecanismos consideráveis para forças que se confrontam, trunfos ou *handicaps* nas estratégias que eles elaboram. Ousar-se-ia dizer que o controle do espaço, sua organização, não é um mecanismo de importância?

Aos futuros professores de história e geografia foi inculcada uma concepção de geografia que se proclama “científica” e que não é, na realidade, mais do que uma concepção acadêmica, uma vez que ela reduz um saber cuja razão de ser é a ação, a um discurso “desinteressado”, sem conflitos. Essa redução, sob pretexto de “cientificidade” do campo da geografia se opera sorrateiramente, à força de não-ditos, sem a menor justificativa teórica, e não há qualquer razão epistemológica para que se continue a interiorizá-la hoje. É preciso, ao contrário, que os professores de história e de geografia, como também os geógrafos universitários, retomem consciência das verdadeiras dimensões da geografia, as da geografia fundamental, e compreendam que a razão de ser desse saber-pensar o espaço é a de melhor compreender o mundo para aí poder agir com mais eficácia. “Não há geografia sem drama!”, exclamou um dia o grande geógrafo Jean Dresch, que foi presidente da União Geográfica Internacional – fórmula epistemológica lapidar, cujo valor científico é tão grande quanto o alcance pedagógico.

“Não há geografia sem drama”, como não há história sem drama. Não se trata, evidentemente, para o historiador, de se deliciar na exposição das tragédias sangrentas (elas são, infelizmente, numerosas), como também não é o caso do geógrafo só se interessar pelas catástrofes naturais. O drama, etimologicamente, é primeiro a ação, é em seguida o “relato de uma sucessão de ações, de forma a interessar, a comover espectadores no teatro”; e por que não os alunos numa sala? Não se trata somente de ajudar os professores a transpor certas dificuldades pedagógicas; trata-se de um objetivo cívico que concerne, na verdade, à nação inteira. É preciso que os cidadãos, e sobretudo aqueles que estão mais preocupados com os problemas de nosso tempo, se interessem tanto pela história como pela geografia.

De fato, nunca conhecimentos geográficos e uma iniciação ao raciocínio geográfico verdadeiro foram tão necessários à formação dos cidadãos. Isso resulta, ao mesmo tempo, do papel considerável da mídia e do desenvolvimento de procedimentos democráticos na sociedade francesa da segunda metade do século XX.

A mídia transmite informações procedentes de todos os países do mundo (ciclones, tremores de terra, mas também guerras civis e conflitos de todas as ordens). Se não se quer que essa onda de notícias provoque a indiferença da opinião, é preciso que esta possa integrá-las a uma representação do globo suficientemente precisa e diferenciada. O mundo é ininteligível para quem não tem um mínimo de conhecimentos geográficos.

Além do mais, nunca num país como a França, os cidadãos se sentiram tão envolvidos por questões que são, na realidade, problemas geográficos, os do meio, do urbanismo, da regionalização ... Enquanto que, há trinta anos, as decisões relativas à implantação de grandes equipamentos industriais, ao traçado dos grandes eixos de circulação ou aos planos de urbanismo, por exemplo, não decorriam senão das discussões de um pequeno número de técnicos e de homens políticos, hoje um número crescente de cidadãos quer participar dos debates relativos à organização do espaço, quer se trate do plano de ocupação dos solos de sua comuna ou do "*aménagement*" do território na região em que eles vivem. Ainda é preciso que esses cidadãos tenham recebido a formação que lhes permita compreender do que se trata, de ler uma carta ou um plano e de recolocar os problemas locais em função daqueles da região e do conjunto do país, na ausência do que os procedimentos de consulta democrática são esvaziados de sua razão de ser, quando mais eles não sirvam de alibi a diferentes grupos de pressão.

Mas para que os cidadãos se interessem pela geografia e compreendam a utilidade dessa maneira de ver o mundo, é preciso reintroduzir a tensão dramática, a referência às ações e aos mecanismos, nos discursos dos geógrafos. O problema da formação dos professores tem portanto uma importância capital e se trata menos de aumentar o estoque de conhecimentos de cada um, que de os entranhar nos dife-

rentes tipos de raciocínios geográficos e de os conduzir a tomar consciência das verdadeiras razões de ser da geografia.

É preciso dizer que se deve desejar que essa disciplina seja ensinada por especialistas que tenham recebido uma formação essencialmente geográfica? No ensino primário é evidentemente impossível e, no secundário, sendo as coisas tais como são, é, na grande maioria das vezes, a homens e mulheres que têm sobretudo o gosto pela história que se dá a incumbência do ensino da geografia e, já dissemos, eles consideram isso, freqüentemente, uma tarefa ingrata, essencialmente por causa da ausência de significado político e da ausência de tensão dramática nas descrições geográficas tradicionais. Ora, é justamente esse alcance político e essa carga dramática que se trata de introduzir de novo no raciocínio geográfico, e eu penso que qualquer um que tenha o gosto pela história pode facilmente atingir o interesse do verdadeiro raciocínio geográfico, aquele da geografia fundamental, com seus mecanismos e relações de forças que devem levar em consideração, sob pena de fracasso, tanto as configurações do terreno, como a localização dos grupos étnicos ou culturais. Este saber estratégico foi tão freqüentemente elaborado na história, que um historiador não pode ficar indiferente a isso.

A geografia deve ser para o espaço o que a história é para o tempo; uma e outra leva em consideração uma certa gama de dimensões espaço-temporais, nem as muito grandes (as da astronomia, por exemplo), nem as muito pequenas, mas aquelas que estão mais ligadas às ações dos homens e sobretudo às práticas do poder. Não se trata de preconizar a fusão desses dois saberes científicos numa espécie de "geo-história" (que é um gênero particularmente difícil, mesmo para historiadores de altíssimo gabarito), mas de mostrar quais são as semelhanças e as diferenças de seus procedimentos epistemológicos: se o raciocínio histórico é baseado, em grande parte, sobre a distinção de diferentes tempos, a longa duração e a curta duração, para retomar a fórmula de Fernand Braudel, o raciocínio geográfico deve distinguir e articular, também, diferentes níveis de análise espacial que correspondem a levar em consideração conjuntos espaciais de grande ou de pequena dimensão. A distinção sistemática de diferentes níveis de análise espaço-temporais não é somente indispensável, hoje, na pesquisa de alto nível; ela o é, talvez mais ainda, na prática pedagógica:

salta-se, bem freqüentemente, e sem precaução, considerações planetárias (o Terceiro Mundo), a exemplo de tal aldeia ou de evoluções seculares (a "revolução industrial") na narração de determinado acontecimento capital que não durou, no entanto, mais do que algumas horas.

A articulação metódica dos diferentes níveis de análise, quer se trate do tempo ou do espaço, é uma das grandes dificuldades do raciocínio do geógrafo ou do historiador, mas é somente dessa maneira que ele se torna um saber-pensar o tempo ou um saber-pensar o espaço, isto é, o instrumental conceitual que permite apreender mais racionalmente e mais eficazmente, senão a totalidade do "real", ao menos uma bem ampla margem da realidade.

Durante séculos esse saber-pensar o tempo e esse saber-pensar o espaço foram o apanágio de uma minoria dirigente, da mesma forma como o foram os saberes ler-escrever e contar, que foram, eles também, instrumentos de poder, antes de serem democratizados. O saber histórico é hoje bem mais amplamente difundido que outrora, e ele foi um importante fator de desenvolvimento para as forças democráticas. É preciso fazer com que aqueles que ensinam a geografia hoje tomem consciência de que o saber-pensar o espaço pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós.

É um acaso se na totalidade dos Estados de regime totalitário, mapas precisos (em grande escala) são estritamente reservados aos dirigentes do Partido e aos quadros da polícia e do exército? É por acaso se os únicos Estados nos quais quem quer que seja possa, livremente, obter tais cartas sejam os Estados de regime democrático? Ainda é preciso que os cidadãos saibam "ler" essas cartas e que compreendam como usá-las.

É a tarefa dos professores de história e de geografia.

PARA PROGRESSOS DA REFLEXÃO GEOPOLÍTICA NA FRANÇA

Após ter sido proscriita durante decênios, sob o pretexto de que havia sido estreitamente ligada à argumentação do expansionismo hitleriano, a palavra *geopolítica*, desde algum tempo, começa a ser utilizada cada vez mais freqüentemente. Ela não passa despercebida, ela choca, ela intriga, ela aparece como uma forma nova de ver o mundo; em certos meios, ela começa mesmo a ser uma fórmula em moda, e certas pessoas já a empregam para dar brilho a propósitos bem vulgares.

Na realidade toda moda tem suas razões e esta não é fútil: é de fato necessário hoje dispor de um termo que expresse a importância e a complexidade das relações entre aquilo que sobrevém do político, notadamente as diferentes espécies de conflitos e as configurações espaciais. Nos meios intelectuais franceses, essas relações são particularmente desconhecidas, ou reduzidas a banalidades evidentes.

Sem dúvida, desde o período que se segue à Segunda Guerra Mundial, não se sentiu falta, na França como alhures, de fazer alusão ao espaço para designar simbolicamente os protagonistas principais das grandes rivalidades planetárias, o Leste e o Oeste, o centro e a periferia, mais recentemente, o Norte e o Sul. Efeitos de estilo que se